



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM ENTRE RIOS DO OESTE - PARANÁ

PUBLIC POLICIES FOR FAMILY AGRICULTURE IN ENTRE RIOS DO WEST - PARANÁ

Fabiola Graciele Besen*
Adilson Francelino Alves**
Tércio Vieira de Araújo***
Valdir Serafim Junior****

RESUMO

As alterações demográficas ocorridas e em curso no Brasil tanto no seu crescimento como na mobilidade da população passando da rural para urbana despertou a atenção dos gestores públicos somente a partir da década de 1990. As políticas públicas voltadas para a agricultura ainda estão em fase de entendimento e incorporação, seja dos poderes públicos seja por parte dos produtores por não terem acesso ou conhecimento pelas mesmas. Diante desse cenário, o objetivo geral deste trabalho está em analisar as políticas públicas disponibilizadas para o agricultor familiar. Para tal, fez-se o estudo no município de Entre Rios do Oeste durante o período de 2013/2016 e uma apreciação das políticas públicas ofertadas pelo município para essa categoria. A pesquisa se classifica como bibliográfica e descritiva quanto aos objetivos, com abordagem quantitativa e qualitativa e análise documental. Este trabalho, com os procedimentos adotados, aponta as ações desenvolvidas pelo poder público para atender as unidades de agricultura familiar, por meio de suas políticas públicas, com interação dos atores envolvidos e critérios técnicos. Através da pesquisa realizada, pode-se concluir que os produtores foram contemplados pelas diferentes políticas públicas atendendo alguns dos objetivos, interesses e expectativas dos mesmos.

Palavras chave: políticas públicas, agricultura familiar, orçamento.

ABSTRACT

The demographic changes that have taken place in Brazil, both in its growth and in the mobility of the population, from rural to urban, have attracted the attention of public managers only since the 1990s. Public policies for agriculture are still in phase of understanding and incorporation, either by the public authorities or by the producers because they do not have access to or knowledge of them. Given this scenario, the general objective of this work is to analyze the public policies made available to the family farmer. To do so, the study was conducted in the municipality of Entre Rios do Oeste during the period 2013/2016 and an appreciation of the public policies offered by the municipality for this category. The research is classified as bibliographic and descriptive regarding the objectives, with quantitative and qualitative approach and documentary analysis. This work, with the adopted procedures, indicates the actions developed by the public power to attend the units of family agriculture, through its public policies, with the interaction of the involved actors and technical criteria. Through the research, it can be concluded that the producers were contemplated by the different public policies, meeting some of their objectives, interests and expectations.

Key words: public policies, family agriculture, budget.

*UNIOESTE - Foz do Iguaçu, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável -
fabiolagracielebesen@gmail.com

** UNIOESTE - Foz do Iguaçu, Doutor em Ciências Humanas – adilsonfalves@gmail.com

***UNIOESTE - Foz do Iguaçu, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável –
professortercio@hotmail.com

****UNIOESTE - Foz do Iguaçu, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável –
professortercio@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista econômico, conforme o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) 85% do total das propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares enquadrados como agricultores familiares. Estes ocupam 24,3 % da área total, representam 74,4% das pessoas ocupadas e respondem por 38% do Valor Bruto da Produção. Do ponto de vista histórico, a Agricultura Familiar até a década de 1990 sempre esteve à margem das políticas públicas, embora seja uma forma de vida de milhares de homens e mulheres que sobreviveu ao longo do tempo.

A agricultura familiar teve destaque em um importante documento internacional, o Informe sobre o Desenvolvimento Mundial 2008 (BANCO MUNDIAL, 2008) cuja edição foi especialmente dedicada ao meio rural. O documento Agricultura para o Desenvolvimento em sua mensagem central reconhece que a agricultura é fundamental para o desenvolvimento, conectando-se a uma das principais metas do milênio que é a redução de 50% da pobreza extrema (FAUTH, 2008). A partir disso, já se delineia a importância que a agricultura familiar desempenha para o desenvolvimento mundial.

Segundo o PNAD 2013 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a população brasileira é composta por 201 milhões de habitantes, sendo 170 milhões residentes na área urbana e 30 milhões na área rural (IBGE, 2013). Isso reflete que o Brasil tem uma considerável população rural que precisa ter atenção dos governantes, o que vem ocorrendo com maior participação das ações do Governo Federal, principalmente a partir de 2002 com a ampliação de políticas públicas especialmente desenhadas para os pequenos agricultores.

Fauth (2008) entende que a forma como a agricultura familiar no Brasil está se apresentando, mostrando processos produtivos multivariados de cultura, são essenciais para a transição à uma economia sustentável. Fauth (2008) acrescenta que, além da agricultura familiar se mostrar uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, desempenha a função de conservação da biodiversidade.

Segundo Guilhoto *et al* (2007, p.13), "o setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de empregos e na produção de alimentos, voltada especialmente para o autoconsumo". Porém devido a sua baixa capacidade produtiva de trabalho e menores condições de aquisição tecnológica, ela é focada mais no caráter social do que o econômico.

Assim, a agricultura familiar encontra dificuldades para competir com a agricultura patronal, e por essa razão, torna-se necessária a criação de políticas públicas adequadas a esse público.

O reconhecimento da agricultura familiar perante o Estado começa a ocorrer a partir dos anos 1990, principalmente após a publicação dos dados da FAO/INCRA (1996), elaborados a partir do Censo Agropecuário de 1995/96. Esses dados demonstravam que, no Brasil, 85,2% dos estabelecimentos eram agricultores familiares, ocupando 24,3% da área, responsáveis por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) e que recebiam somente 25,3% dos financiamentos. Frente a este cenário, os agricultores familiares que respondiam por 85,2%



dos estabelecimentos rurais, passaram a reivindicar, de forma mais atuante, sua participação nas políticas públicas. Mobilizações sociais expressivas como o “Grito da Terra Brasil”, exemplo de encontro que teve sua primeira edição realizada em 1994 foram determinantes para a construção do documento “Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural”, que foi elaborado pela Comissão Técnica do Pequeno Produtor, no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Diante dessa realidade, em 1996, criou-se o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa foi emblemático, foi o pioneiro a destinar recursos públicos específicos do sistema de crédito para a categoria de agricultores familiares. Foi a partir da década de 1990, com o Censo e a criação do PRONAF, que a Agricultura Familiar passou a ser conceituada e estudada, e embora, ela sempre tenha existido, contudo foi apenas a partir desse período, que se criou uma identidade para a mesma, o que possibilitou a construção de políticas públicas específicas para atender esse grupo social em suas especificidades (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Nesse contexto, percebe-se a importância de políticas públicas que sejam adequadas à agricultura na região da Costa Oeste do Paraná. As metas definidas pelo governo no planejamento devem ter uma diretriz para as demandas da sociedade e é o orçamento – Federal, estadual ou Municipal, por conter as receitas e despesas, que passa a ser o instrumento para o cumprimento dessas metas.

Embora nas duas últimas décadas tenha havido uma evolução das políticas públicas para a agricultura familiar, e que as mesmas sofreram várias reformulações, no sentido de atender melhor aos interesses do Estado e dos agricultores, deve-se verificar se essas políticas atendem as necessidades dos agricultores. A percepção das políticas públicas recebida pelos agricultores familiares pode divergir das políticas públicas disponibilizadas pelos governos por meio da aplicação dos recursos, atividades ou ações promovidas por conterem hiatos entre as intenções dos governantes e os interesses dos agricultores. As formas de incentivo para a permanência do homem no campo, e o atendimento para agricultura familiar, por meio das políticas públicas, com investimentos, financiamentos, custeios, nem sempre atende as demandas, interesses e necessidades dos agricultores, principalmente aos agricultores voltados para a agricultura familiar nos municípios. Assim, optou-se por analisar essas políticas públicas e em que medida elas estão beneficiando os agricultores familiares. A pesquisa ocorreu no município de Entre Rios do Oeste - Paraná. O município tem uma população de 4.306 habitantes e uma taxa de urbanização de 67%, caracterizando que 33% (555 unidades de agricultura familiar) vivem no meio rural (IBGE, IPARDES, 2016).



O presente estudo tem por objetivo principal responder a seguinte pergunta de pesquisa: O município de Entre Rios do Oeste possui políticas públicas voltadas à agricultura familiar que contribuam para o desenvolvimento da categoria?

Considerando a problemática de pesquisa, definiu-se como objetivo geral analisar as políticas públicas disponibilizadas para os agricultores familiares neste município e compreender se as mesmas estão contribuindo no sentido da sua permanência e sustentabilidade no campo.

O estudo se justifica pela importância social e econômica que possui a agricultura familiar no Brasil e esse (re) nascimento da temática agricultura familiar no âmbito dos estudos rurais brasileiros que remete a questionamentos sobre o futuro dessa forma social de produção e trabalho. Conforme Schneider (2005), a agricultura familiar produz e fornece alimentos básicos de preço acessível e de boa qualidade para a população. Dessa forma, também se justifica pelo papel que a agricultura familiar vem assumindo em relação à segurança alimentar e nutricional da população.

Este artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira seção, definiu-se o problema de pesquisa, objetivo geral e específicos, justificativa e estrutura da pesquisa. A seção dois traz a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. Na seção 3, fez-se a contextualização no município de Entre Rios do Oeste - PR. O contexto dessa seção aponta a própria história do município, sua organização administrativa, o relacionamento e organização das associações de produtores rurais, e as condições de habitabilidade, estrutura familiar, aspectos econômicos entre outros e contemplou as políticas públicas e as ações voltadas para o atendimento aos produtores rurais. Abarca também os aspectos econômicos relacionados ao percentual do orçamento total do município repassado para a Secretaria da Agricultura para atender as ações das políticas públicas para os produtores. A quantificação dos agricultores familiares no município com aspectos referentes a sua localização, linhas, no município, área das propriedades e descrição de uso das políticas públicas entre outros aspectos também fazem parte desta seção. A seção quatro traz a conclusão da pesquisa e recomendações para trabalhos futuros.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como bibliográfica e descritiva. Para Oliveira (2007, p. 69), o mais importante para quem faz uma pesquisa bibliográfica “[...] é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidas do domínio científico”, e por essa razão foi utilizada inicialmente a pesquisa bibliográfica para a fundamentação da pesquisa e construção do referencial teórico.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008) serve para descrever as variáveis e fenômenos que ocorreram no campo de observação, além de apresentar as características do universo e objeto estudado. Santo (1992) afirma que, ao analisar um determinado modelo, a análise descritiva representa a realidade do objeto. Assim, a pesquisa também é descritiva,



pois buscou descrever o município em estudo, as políticas públicas e os atores envolvidos no processo.

E por fim, se caracteriza como pesquisa exploratória, que segundo Beuren (2008, p.80), é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato", e "busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro. Dessa forma, a pesquisa é exploratória, pois pesquisou e explicou as políticas públicas do município, suas ações e como elas são acessadas pelos atores beneficiários.

A abordagem se deu pelo enfoque quantitativo. Segundo Oliveira (2007, p. 39), "[...] o método quantitativo “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas”. Esta pesquisa se caracteriza como quantitativa decorrente da análise dos dados do orçamento público, políticas públicas e dados dos agricultores familiares inseridos em software de gerenciamento estatístico.

Conforme Marconi e Lakatos (2010, pág. 157) “Técnica é um conjunto de preceitos ou processos contidos que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”.

A análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados (RICHARDSON, 2009, p. 230). No primeiro momento esta pesquisa utilizou a técnica de pesquisa documental, baseada em documentos (dados secundários) como fonte de coleta de dados.

Os dados secundários são os relatórios - Quadros de detalhamento de despesas, (Portal de Transparência do município), que foram coletados e analisados, e por essa razão, utilizou-se a técnica da pesquisa documental, pois conforme Beuren (2008) são as fontes que ainda não receberam tratamento analítico. Os dados coletados, políticas e valores do orçamento destinados as políticas públicas foram tabulados em uma planilha eletrônica. Os dados referentes as unidades familiares, localização e políticas públicas acessadas por cada unidade familiar foram tabuladas em um software de gerenciamento estatístico próprio.

Quanto à população ou universo de pesquisa, segundo Beuren (2008, p.118) "[...] é a totalidade de elementos distintos que possuem certa paridade nas características definidas para determinado estudo [...] ". O universo de pesquisa foram as unidades de agricultura familiar que existem no município de Entre Rios do Oeste, utilizadas para a análise dos dados secundários levantados na pesquisa.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Conhecendo a realidade de Entre Rios do Oeste e as políticas públicas para a agricultura familiar desenvolvidas pelo poder municipal.

A empresa Colonizadora Industrial Madeireira Rio Paraná - MARIPÁ, em 1.956, adquiriu uma região territorial onde atualmente está instalado o Município de Entre Rios do Oeste. Entretanto, o início da colonização, com famílias desenvolvendo atividades e



explorando a agricultura e a criação de suínos, ocorreu principalmente a partir de 1959 (IBGE, 2016).

O distrito de Entre Rios, criado pela lei municipal nº 31, de 31-07-1962, pertencia ao município de Marechal Cândido Rondon e, foi desmembrado e elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 9301, de 18-06-1990, passando a ser denominado Entre Rios do Oeste (IBGE, 2016). O atual prefeito Jones Heiden é natural de Palotina, PR, tem 49 anos, exerceu o mandato de 2013/2016 pelo PSD (Partido Social Democrático) e foi reeleito na última eleição em outubro de 2016 para o mandato 2017/2020.

Entre Rios do Oeste tem uma área territorial de 120,327 km². Deste espaço territorial, 3.462 hectares (ha) são ocupados com cultivo de lavoura temporária, 3.644 ha destinados as atividades pecuárias e criação de outros animais, 19 ha estão alocados para a horticultura e floricultura e a pesca ocupa uma área de 14 ha. O município margeia o Lago de Itaipu, e como existem inúmeros rios, os quais e, seus afluentes deságuam no Lago da Itaipu, por força legal, são apropriadas áreas de terras que os margeiam como sendo de preservação permanente (IPARDES, 2016).

O desenvolvimento da região Oeste onde faz parte o Município de Entre Rios do Oeste se enquadra, em muitos dos aspectos, considerados na discussão de Frank Ellis e Stephen Biggs (2001), com períodos bem distintos e vivenciados pelos agricultores, moradores desta região.

A população estimada do município de Entre Rios do Oeste é de 4.357 habitantes. A distribuição desta população quanto à sua localização, embasado em dados de 2010 (IBGE, 2010) está na seguinte ordem: 2.642 residentes na área urbana e 1.284 domiciliados em área rural, em um percentual de proporcionalidade que se mantém numa taxa de urbanização de 67%. (IBGE, 2016).

A população da área rural está distribuída em linhas comunitárias, que em alguns municípios são denominados de localidades e/ou distritos, formalizados em termos de lei, é o espaço onde a população rural está localizada ou reside. As linhas (povoados expressivos em população, mas distantes da área urbana principal) existentes pelo município e apontadas neste trabalho correspondem: Entorno (compreendem as propriedades próximas, ao entorno da sede municipal, da cidade), Linha Barra Grande, Linha Boa Esperança, Linha Divisa, Linha Dois Irmãos, Linha Fátima, Linha Felicidade, Linha Feliz, Linha Golondrina, Linha São Paulo, Linha Vista Alegre, Linha Vista Alta e a Linha Volta Gaúcha.

A Prefeitura Municipal por meio da Lei nº 2.016, de 13 de maio de 2014, declarou de utilidade pública as entidades municipais, existentes em algumas das linhas como centros comunitários e agregam os moradores das linhas como pertencentes a estas associações denominadas como:

- Associação de Produtores Rurais da Linha Feliz de Entre Rios do Oeste,
- Associação de Moradores e Amigos da Linha Divisa,
- Associação de Moradores e Amigos de Vista Alegre,
- Associação de Moradores e Amigos de Linha Golondrina,
- Associação de Produtores Rurais da Linha Fátima e Chácaras de Entre Rios do Oeste,



- Associação de Moradores e Amigos de Linha Boa Esperança,
- Associação de Moradores e Amigos de Linha Volta Gaúcha.

Essa formalização legal, com sua respectiva formatação e força jurídica, permite que os moradores por meio de suas associações possam empreender de forma associada, como atores e participar de programas, financiamentos, aquisições, recebimentos de benefícios de bens e serviços a eles destinados ou interessados como estabelecem inúmeros programas governamentais.

São nestas associações, da qual os produtores rurais fazem parte, que ocorrem as interações entre os membros, ali também se afirmam e se preservam as tradições, valores e costumes, mesmo com o olhar inclinado às novas formas de vida e convívio social proporcionado pelas novas tecnologias.

A formação de associações e cooperativas de agricultores tem o objetivo de auxiliar os produtores no processo de organização, produção e comercialização. Segundo Abramovay *et al* (2005), para alguns produtores a entrada nos mercados às vezes apresenta bastante dificuldades, e ao montarem uma associação ou cooperativa, esse processo pode se tornar mais fácil ou menos dificultoso.

Além das associações citadas, está em vigor no município a Associação de Produtores Orgânicos de Entre Rios - APOER, foco dessa pesquisa, com sua administração instituída e em plena atividade e seus produtores encontram-se nas linhas Golondrina, Vista Alegre, Linha Feliz, Linha Divisa, Volta Gaúcha e Linha Fátima. A APOER realiza uma feira semanal de produtos orgânicos em um espaço cedido pela prefeitura próximo ao paço municipal.

Estas linhas e associações estão ligadas e interligadas por um sistema viário em boas condições, pois as vias de acesso estão revestidas de pedras irregulares permitindo seu uso, independente das condições climáticas. Em relação ao acesso as propriedades, algumas têm a mesma estrutura, com pedras irregulares, ou com sistema de cascalho, geralmente elevado, evitando que a água fique sobre a pista em dias de chuva, permitindo também boa circulação para a locomoção independente das condições climáticas.

Nas associações há uma estrutura com edificações permitindo a realização de encontros festivos, de trabalho, palestras e práticas de esporte ou informativa/educativa a quem dela usufruir. Algumas associações possuem também campos de futebol ou quadras desportivas para a realização de atividades esportivas e/ou recreativas.

4.2 Condições de habitabilidade dos produtores rurais

Em relação as condições de habitabilidade, os domicílios particulares e permanentes (formado com materiais duráveis) atingem um quantitativo de 1.408 moradias, unidades, sendo 948 na área urbana e 460 na área rural. Ao comparar a população urbana e rural relacionada a disponibilidade de domicílios estão praticamente no mesmo percentual de 2,80 habitantes por domicílio (IBGE, 2016).



Cabe destaque as condições de habitabilidade destes domicílios. Estas moradias, em sua maioria de alvenaria, que correspondem a materiais duráveis ou mistas, quando parte é de alvenaria e parte de madeira, mas também consideradas de bens duráveis e todas em plenas condições de uso, mesmo que estejam em uso há alguns anos.

Para destacar que as condições existentes das moradias, se assemelham urbano/rural, em relação às condições das mesmas não há grande diferenciação quanto à sua localização, e em todas elas há a disponibilidade de energia elétrica, água canalizada e com sistema de esgotamento sanitário, com destino adequado dos dejetos e do montante de moradias existentes 1.010 domicílios contam com sistema de coleta de lixo (IPARDES, 2016).

Desta forma, as condições de infraestrutura domiciliar existentes no município, não se altera entre os moradores da área urbana e rural, por estarem em condições de paridade ao uso dos recursos e infraestrutura disponibilizados na atualidade. Neste sentido, as condições de vida da população na área rural apresentam as mesmas expectativas e perspectivas consideradas por Long e Ploeg (2011), "onde os atores, agricultores, são participantes ativos dos processos a eles inerentes nos contextos sociais profissionais." (LONG e PLOEG, 2011, p.24)

4.3 Estrutura familiar dos produtores rurais

Em relação a composição das famílias que habitam estes domicílios soma-se um total de 1.223, na seguinte composição: 422 famílias são compostas por 2 pessoas, 400 famílias com 3, 301 com 4 membros, 78 famílias com 5 membros e apenas 24 famílias tem 6 ou mais pessoas (FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2014, 2015).

A composição familiar tem um significado importante, pois 67% tem até três componentes, ou seja, o casal mais um filho e 92% das famílias são compostas pelo casal mais dois filhos, ou seja, 4 membros. Considerando a distribuição de faixa etária, as famílias podem ter menores e/ou estudantes, bem como pessoas idosas, e a disponibilidade de pessoas apta para desempenhar as atividades na agricultura fica restrita a poucos munícipes.

O delineamento da composição das famílias dos produtores orgânicos, entrevistados da pesquisa, (26 entrevistados) tem a seguinte formação familiar:

- i) Das propriedades com até 4 ha, oito propriedades estão compostas por duas pessoas; quatro com 3 membros, uma com 4 componentes e uma propriedade com 5 pessoas;
- ii) Das propriedades com área de 6 a 10 ha: três propriedades têm duas pessoas; duas propriedades com 3 e duas propriedades com 4 pessoas.
- iii) Propriedades com 11 a 15 ha: tem duas propriedades com 2 membros, uma propriedade com 3 membros, uma propriedade com 4 membros e uma com 5 membros.

A mudança da composição familiar, cada vez com menos filhos, e estes menos dedicados as atividades agrícolas, transposta aos conceitos de Long (2001) que enfatiza que as



políticas públicas devem atender e acompanhar os processos de mudanças e as formas sociais que constantemente são transformadas e retransformadas aos cidadãos.

Segundo Alves, (2008, p.35), outros aspectos importantes a serem considerados se refere ao modo como os atores mobilizam os conhecimentos de que dispõem, como executam a tradução, como negociam seus papéis e como recebem as propostas de desenvolvimento local.

4.4 Aspectos econômicos de Entre Rios do Oeste

Em relação ao desempenho da economia do município, o comparativo aponta que os maiores avanços ocorreram no valor adicional industrial (incremento de 194%), na produção agropecuária bruta (+65%) e na produção primária comercializada (+25,4%). O setor produtivo de suínos é responsável por 31% da arrecadação em retorno do imposto, que é repassado pelo Governo do Estado aos municípios. A produção de grãos participa com 19,5%, a produção de aves com 18,6%, a produção agropecuária bruta com 10%, o setor industrial contribui com 8,9% do montante, o comércio soma 4,75%, a produção de leite com 4,1% e outras atividades 2,31% do montante. Atualmente, cerca de 85% da arrecadação do município vem da agropecuária (AQUIAGORA.NET,2014).

O município de Entre Rios do Oeste possui um Índice de Desenvolvimento Humano alto, IDH-M de 0,761 (IPARDES, 2016). O IDH-M é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda (PNUD, 2016).

Se comparado aos índices do Estado do Paraná que é de 0,749 (ocupa o 5º lugar entre os Estados brasileiros) e do Brasil é 0,755 (ocupa a 75ª posição no ranking mundial), o município está com o índice mais elevado em relação ao índice do Estado do Paraná e a média nacional (0,761) (PNUD, 2016).

Em relação a renda per capita, o município de Entre Rios do Oeste foi o município com maior arrecadação per capita da região Oeste, segundo diagnóstico do IDESF (Instituto de Desenvolvimento Social e Econômico de Fronteiras), com PIB Bruto (2012): R\$ 111.591,00 PIB Per capita (2012): R\$ 27.780,00 (IDESF, 2016). Em 2013, o PIB Bruto foi de R\$ 140.927,00 e PIB Per capita de R\$ 33.538,00 (IPARDES, 2016).

A média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes no município era de R\$ 1.010,09 em 2013, segundo dados do IPARDES, 2016.

Do exercício de 2014 para 2015, (ano base 2013), o município alcançou o 1º lugar entre 52 cidades da região Oeste, em relação ao aumento do retorno de ICMS (Imposto sobre circulação de bens e mercadorias). Além disso, entre os 399 municípios do Estado do Paraná, encontra-se na 7ª posição, em relação ao aumento em percentual, no período (IPARDES,2016).



4.5 Mecanismos de atendimento ao produtor rural

Para o atendimento aos produtores rurais e principalmente aos produtores orgânicos em termos de assistência rural e acompanhamento de suas atividades a prefeitura mantém diversas formas de atendimento aos mesmos:

- Com a Emater mantém permanente contato para auxílio nas atividades da Emater e disponibilizou um funcionário para o atendimento aos produtores rurais;
- Com a Itaipu Binacional - por meio do Programa Cultivando Água Boa, mantém um vínculo de atendimento aos produtores rurais através de uma empresa especializada em assistência BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná.
- Com a Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná para fornecer análise de solo aos produtores.

Em relação as entidades da qual os produtores orgânicos entrevistados participam consta a seguinte relação: COPAGRIL - Cooperativa Agrícola Mista de Marechal Cândido Rondon – Ltda, COPERFAM – Cooperativa de Produtores Rurais de Agricultura Familiar, COFAMEL - Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná - COPERMILK - Cooperativa de Laticínios Campina da Lagoa. As cooperativas acessadas são para a comercialização da produção.

A totalidade de sócios em cooperativas somam vinte e um (21) produtores o que representa que cinco não são sócios de cooperativas e recebem atendimento exclusivo da EMATER e/ou da BIOLABORE (Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná.)

Quanto às ações das políticas públicas desenvolvidas pelo município, segundo informações repassadas pelo Secretário de Agricultura do município, as políticas públicas para a Agricultura abrangem as seguintes ações:

Essa apreciação das políticas públicas voltadas a agricultura familiar, direcionada pelos governantes aos atores rurais é a base do próximo tópico no encontro de identificar as políticas disponibilizadas, a análise de sua apropriação pelos atores rurais e possíveis hiatos entre as políticas ofertadas pelos governantes e se as mesmas são entendidas e recebidas pelos atores rurais.



QUADRO 1 - Ações detalhadas das políticas públicas do município

Política Pública	Ações
Manejo de dejetos animais	Fornecimento de tubos de concreto, no manejo de dejetos animais, como auxílio na construção de pocilgas e chiqueiros
Manutenção e conservação de abastecedouros comunitários	Manter os abastecedouros comunitários bem conservados, em funcionamento e realizar estudos para construção de novos abastecedouros em localidades que necessitem do mesmo.
Manutenção do viveiro de mudas	Manutenção do viveiro de mudas com objetivo de obter mudas para oferecer aos munícipes.
Manutenção do Programa de Educação Ambiental	Realizar campanhas educacionais na área ambiental junto com entidades e escolas e todo o meio rural e sociedade em geral, com ações de uso adequado da água e conservação de matas ciliares e florestas, visando a sustentabilidade ambiental.
Manutenção do Programa Cultivando Água Boa (Em parceria com a Itaipu Binacional)	Incentivo aos produtores rurais que adotam medidas de proteção de nascentes de águas, visando a preservação do meio-ambiente e a utilização sustentável da água nas atividades rurais, tais como: suinocultura, bovinocultura, hortifrutigranjeiros e agricultura familiar em parceria com a Itaipu Binacional. Os incentivos da Prefeitura: I - fornecimento de até 1.200 (Um mil e duzentos) metros de tubos de PVC; II - fornecimento de moto-bomba, de até 5cv; III - fornecimento de caixa de água, de até 20.000 litros; IV - serviços de até 30 (trinta) horas máquina, visando a preparação do terreno onde será feita a preservação de nascentes de água e colocação dos tubos de PVC; V - instalação de tubos; VI - auxílio técnico na consecução dos serviços inerentes ao objeto desta Lei; VII – fornecimento de até 24 m ³ (vinte e quatro metros cúbicos) de pedra marroada; VIII – fornecimento de até 3 (três) tubos de concreto com diâmetro de até 1,2 metros. Auxílio da Itaipu nas minas d'água, irrigação açudes, cercas ecológicas.... Fornecimento de técnico para auxiliar a agricultura orgânica no município.
Análise de Solos	Convênio com a Unioeste para fornecer análise de solo aos produtores de forma gratuita.
Distribuição de Esterco Líquido	Programa de aplicação de esterco líquido incentivando a adubação orgânica, diminuindo custos de produção e aumentando a fertilidade do solo.
Fomento à cama de aviário	Programa de incentivo à adubação e correção de solo com cama de aviário/esterco seco.
Incentivo a agricultura orgânica	Incentivo a produção de produtos orgânicos, levando apoio e incentivos a APOER (Associação de Produtores orgânicos de Entre Rios do Oeste) buscando diversificar a produção com qualidade e técnicas modernas de produção na área agroecológica.
Incentivo a apicultura	Incentivo e apoio aos apicultores atendendo as necessidades da associação.
Melhoria genética do gado leiteiro	Oferecer de forma gratuita sêmen bovino de qualidade para aumentar a produtividade do leite, melhorando a genética do rebanho bovino.
Melhoria genética do rebanho suíno	Oferecer de forma gratuita sêmen suíno de qualidade para aumentar a produção, melhorando a genética do plantel.
Apoio ao desenvolvimento da piscicultura	Auxiliar a produção com fornecimento de alevinos e na construção de tanques escavados.
Controle da formiga	Fornecimento de iscas formicidas e auxílio técnico no controle de pragas.
Assistência técnica agropecuária	Assistência Técnica Agropecuária com objetivo de auxiliar o agricultor para obter qualidade nas atividades voltadas a agricultura.
Aplicação de calcário	Fornecer calcário para corrigir a acidez do solo, conforme análise de solo e recomendação técnica.
Fomento a adubação verde (distribuição de aveia)	Oferecer até 120 kg de semente de aveia por produtor de leite de forma gratuita com o objetivo de diminuir os custos da alimentação animal.
Controle da brucelose e tuberculose	Programa de auxílio nos exames de brucelose e tuberculose para manter o controle da sanidade do plantel de animais.
Manutenção e remodelação da Feira do produtor	Manter a feira de produtos orgânicos e panificados, fornecendo o espaço e as condições de infraestrutura.
Auxílio na aquisição de ordenhadeiras e resfriadores a produtores rurais	Auxílio na aquisição de ordenhadeiras e resfriadores a produtores rurais que trabalham com gado leiteiro.
Amparo ao pequeno produtor rural (incentivo ao associativismo)	Incentivar as associações de produtores rurais com a finalidade de manter o homem no campo, auxiliando com o fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas para facilitar os trabalhos na agricultura.

Fonte: Prefeitura do Município de Entre Rios do Oeste, adaptado pelos autores.



4.6 O quadro das políticas públicas e agricultura familiar no município

Em definição estrita as políticas públicas são a materialização do Estado para atender às demandas da sociedade. Através das diretrizes, programas, projetos e atividades que o Estado busca atender essas demandas (ARAÚJO, 2009).

Dessa forma, analisar o desempenho e o cumprimento de objetivos da Administração Pública revela-se indispensável na consolidação de um Estado sério, que exerce suas funções com objetividade e comprometimento, elevando substancialmente sua credibilidade perante a sociedade (ARAÚJO, 2009).

Assim sendo, em um Estado democrático e transparente, a publicação dos planos diretores e dos balanços relativos a determinados períodos constituem elementos indispensáveis na conquista de confiabilidade da sociedade por parte da Administração Pública. O balanço orçamentário, em virtude de conter estimativas e efetivas execuções é o documento que representa a ferramenta administrativa na verificação do desempenho e da aplicação dos recursos públicos (ARAÚJO, 2009).

Conforme afirma Araújo (2009, p.158), o balanço orçamentário “[...] apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto, respectivamente, com as receitas arrecadadas e com as despesas realizadas”.

Analisar tais informações, cruzando planejamentos com projetos efetivamente executados, mostra-se indispensável na avaliação do desempenho de gestões. Para isso, fez-se o levantamento do valor total do orçamento do município de Entre Rios do Oeste e o valor destinado para a agricultura no período de 2013 a 2016. Essa perspectiva demonstra as atividades empreendidas na agricultura e os seus limites orçamentários.

TABELA 1 - Orçamento Município de Entre Rios do Oeste (2013/2016)

Orçamento Município Entre Rios do Oeste (2013 - 2016)				
	2013	2014	2015	2016
Orçamento total	17.600.000	23.172.350	24.850.000	29.700.000
S Secretaria Agricultura	1.462.480	1.326.510	1.425.000	1.637.700
% destinado a Secretaria de Agricultura	8,31	5,72	5,73	5,51

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - Portal da Transparência Município de Entre Rios do Oeste

A disponibilidade de recursos não configura, por si só, um valor pertinente à melhoria na área agrícola, um bom planejamento de atividades correlacionadas e interligadas pode proporcionar melhores resultados, seja em retorno a estabilidade econômica aos produtores rurais e consequentemente renda ao município e estabilidade na permanência da população na área agrícola, seja em resultados positivos agregados em boas ações decorrentes de um



planejamento ordenado para um período considerado de tempo com seus propósitos previamente estabelecidos.

A agricultura é um forte incremento social e econômico a ser considerado quando da elaboração e distribuição orçamentária pelos gestores municipais, uma vez que os poucos recursos aplicados respondem consideravelmente no resultado final, seja em maior participação na cadeia alimentar, de renda, geração de empregos e sustentabilidade econômica social do município.

No encontro de identificar as ações, relacionadas às políticas públicas efetivadas ou disponíveis para e voltadas à agricultura com o demonstrativo dos valores aplicados nas ações no período de 2013 a 2016, construiu-se a Tabela 02:

TABELA 2 – Valores em Reais (R\$) do Orçamento Municipal para as políticas públicas da Secretaria da Agricultura

Repasse do município para as políticas públicas da Secretaria da Agricultura (2013-2016)				
Políticas Públicas	2013	2014	2015	2016
Manejo de dejetos animais	10.000	10.000	14.000	30.000
Manutenção e conservação de abastecedouros comunitários	10.000	20.000	10.000	15.000
Manutenção do viveiro de mudas	1.000	3.000	2.000	2.000
Manutenção do Programa de Educação Ambiental	10.000	7.000	2.000	1.500
Manutenção do Programa Cultivando Água Boa (Em parceria com a Itaipu Binacional)	222.000	277.000	364.300	390.000
Análise de Solos	3.865	6.600	5.000	4.000
Distribuição de Esterco Líquido	30.000	40.000	40.000	62.000
Fomento à cama de aviário	45.000	34.000	130.000	
Incentivo a agricultura orgânica	13.000	15.000	10.000	15.000
Incentivo a apicultura	10.000	10.000	5.000	15.000
Melhoria genética do gado leiteiro	52.000	59.000	60.000	76.000
Melhoria genética do rebanho suíno	48.000	48.000	45.000	55.000
Apoio ao desenvolvimento da piscicultura	10.300	25.000	54.000	80.000
Controle da formiga	1.000	10.000	8.000	10.000
Assistência técnica agropecuária	116.215	131.600	128.000	268.000
Aplicação de calcário		10.000	10.000	80.000
Fomento a adubação verde (distribuição de aveia)		28.100	32.000	35.000
Controle da brucelose e tuberculose		24.000	48.000	52.000
Manutenção e remodelação da Feira do produtor			19.000	
Auxílio na aquisição de ordenhadeiras e resfriadores a produtores rurais			30.000	
Amparo ao pequeno produtor rural (incentivo ao associativismo)			30.000	
Total	582.380	758.300	1.046.300	1.190.500

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - Portal da Transparência Município de Entre Rios do Oeste

Os valores do orçamento para as políticas públicas e aplicados na Secretaria da Agricultura apontados na Tabela 02, nas 21 políticas de apoio as atividades agropecuárias, são complementados com valores destinados as despesas de manutenção da própria secretaria e com a alocação de um dado valor para a aquisição de área de terra para implantação do parque ecológico (tabela 3).



TABELA 3 - Destinação do Orçamento na Secretaria de Agricultura

Destinação dos valores do orçamento para a Agricultura (2013 - 2016)				
	2013	2014	2015	2016
Orçamento total para Secretaria da Agricultura	1.462.480	1.326.510	1.425.000	1.637.700
Valores repassados para as Políticas Públicas	582.380	758.300	1.046.300	1.190.500
Valores em %	40%	57%	73%	72%
Valores para Manutenção da Secretaria e aquisição de área de terra para o Parque Ecológico	880.200	568.210	378.700	447.200
Valores em %	60%	43%	27%	28%

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - Portal da Transparência Município de Entre Rios do Oeste

Identificou-se que apesar do valor repassado para a Secretaria da Agricultura ter diminuído no decorrer dos anos, o valor aportado às políticas públicas aumentou conforme demonstrado na Tabela 03, o que pode indicar que a prefeitura passou a olhar com mais cuidado o meio rural. No encontro de entender, identificar e apropriar os valores do orçamento municipal, o valor alocado para a secretaria de agricultura e como esta apropria estes valores em políticas públicas para a agricultura, fez-se um diagnóstico a ser verificado nos próximos itens os quais ilustram as finalidades dos recursos.

4.7 Um enfoque nas unidades de agricultura familiar

O mapeamento da distribuição das unidades agrícolas com a identificação de sua área, ou enquadramento do tamanho da propriedade e sua localização relacionado a linha pertencente fazem parte da Tabela 4 onde constam o total das 555 propriedades familiares identificados no município de Entre Rios do Oeste.

TABELA 4 - Unidades de agricultura familiar do município conforme endereço e área

ENDEREÇO	ÁREA EM HECTARES													TOTAL	
	0 a 5	6 a 10 ha	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 55	56 a 60	61 a 65		66 a 72
Entorno	19	4	2	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	29
Linha Barra Grande	2	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7
Linha Boa Esperança	22	17	6	6	2	2	0	1	1	0	2	0	0	1	60
Linha Divisa	32	10	4	4	1	1	0	0	2	1	0	0	0	0	55
Linha Dois Irmãos	0	4	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Linha Fátima	8	3	3	0	4	1	1	1	0	0	0	0	0	1	22
Linha Felicidade	16	15	2	1	1	1	1	2	0	1	0	0	0	0	40
Linha Feliz	9	7	4	1	1	1	0	0	3	1	0	0	0	0	27
Linha Golondrina	34	16	9	5	3	2	2	0	0	0	1	0	0	0	72
Linha São Paulo	6	1	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	1	13
Linha Vista Alegre	63	19	11	12	9	3	4	1	1	2	1	1	0	0	127
Linha Vista Alta	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Linha Volta Gaúcha	42	18	16	10	3	2	1	1	0	1	0	0	1	0	95
	253	116	58	43	28	16	12	6	7	7	4	1	1	3	555

FONTE: Prefeitura do Município de Entre Rios do Oeste, adaptado pela autora.



Na Tabela 4 estão classificadas as unidades de agricultura familiar do município conforme a área e endereço demonstrando que as políticas públicas constantes na Tabela 2, estão disponíveis para todas as linhas e ao conjunto destas 555 propriedades existentes no município, pois se enquadram como agricultura familiar. Esta referência de agricultura familiar está enquadrada nos parâmetros de classificação da “Lei da Agricultura Familiar”, criada em 2006, que considera agricultor familiar:

aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Cada módulo fiscal corresponde a 18 hectares, assim, quatro módulos fiscais correspondem a 72 hectares. Conforme verificado, as unidades de agricultura familiar do município não ultrapassaram os 72 hectares. A Tabela 4 retrata a quantidade de total de propriedades, correspondente a 555 propriedades.

Na Tabela 5 pode-se verificar o uso das políticas públicas pelos agricultores familiares do município. Esses dados foram coletados junto à Secretaria da Agricultura que mantém um controle de algumas políticas, o que significa que esses dados correspondem a uma parte da realidade, quer dizer, há políticas públicas que foram acessadas, mas que não se encontram na relação da Secretaria.

Cabe ressaltar que algumas das políticas elencadas na tabela 5, logo abaixo, são políticas federais ou estaduais, mas a prefeitura participa com assistência técnica no caso do programa Projeto Casa Rural (Estado do Paraná), no caso dos programas PAA e PNAE (Governo Federal) e no caso do auxílio para reforma e construção de açudes com a disponibilização de máquinas da secretaria de viação e obras. Dessa forma, elas não se encontram explicitadas no QUADRO 1.

A Tabela 5 demonstra que em todas as linhas há propriedades com acesso as políticas públicas ofertadas pelo município. A quantidade de produtores que usufruíram, acessou as políticas públicas, em ordem decrescente compreendem: 71 pertencentes a Linha Vista Alegre, 58 localizados na Linha Volta Gaúcha, 35 na Linha Golondrina, 32 na Linha Boa Esperança e 26 na Linha Divisa, 15 pertencentes a Linha Felicidade, 14 tem suas propriedades no Entorno da sede municipal, 9 da Linha Feliz, 5 da Linha São Paulo, 4 residentes na Linha Barra Grande, 3 na Linha Dois Irmãos e um da Linha Vista Alta.



TABELA 5 - Políticas Públicas acessadas por Linha

Endereços	POLÍTICAS PÚBLICAS										Total
	Análise Solo	Aplicação Calcário	Assistência técnica agropecuária	Auxílio ao PAA e PNAE	Auxílio ao Projeto Casa Rural	Auxílio na reforma/edifícios	Distribuição de Aveia	Distribuição de Esterco Líquido	Melhoria genética do gado bovino		
Entorno	0	0	13	1	3	1	6	7	2		14
Linha Barra Grande	0	0	4	0	1	0	4	1	1		4
Linha Boa Esperança	1	0	23	0	6	1	11	10	7		26
Linha Divisa	1	1	30	0	11	0	21	18	7		32
Linha Dois Irmãos	0	0	3	0	0	0	3	0	0		3
Linha Fátima	1	1	12	1	1	2	11	6	4		12
Linha Felicidade	0	1	15	0	2	1	5	5	4		15
Linha Feliz	1	0	8	0	1	1	2	5	1		9
Linha Golondrina	0	0	33	0	11	0	24	14	11		35
Linha São Paulo	0	0	5	0	0	1	5	0	2		5
Linha Vista Alegre	6	4	64	4	12	2	44	32	14		71
Linha Vista Alta	0	0	1	0	0	0	1	1	1		1
Linha Volta Gaúcha	0	0	49	0	14	5	32	11	19		58
Total	10	7	260	6	62	14	169	110	73		285

FONTE: Prefeitura do Município de Entre Rios do Oeste, adaptado pelos autores.

Os membros de cada linha, comunidade, interagem entre si em inúmeras oportunidades como em eventos religiosos, eventos culturais, sociais, bailes, festas, atividades esportivas em que os membros da comunidade se reúnem. Os encontros também podem ocorrer de forma esporádica ou ocasionais, mas permite que os mesmos dialoguem sobre os acontecimentos de sua propriedade e familiares, o que é muito comum entre a população local. Assim as políticas públicas podem ser disseminadas entre os agricultores mesmo que não tenham obtido informação ou comunicação direta da gestão municipal. A demonstração de uso das políticas públicas pelos produtores rurais pertencentes a agricultura familiar em relação ao tamanho da propriedade pode ser constatada na Tabela 6.

A Tabela 6 demonstra que agricultores familiares com todos os tamanhos de propriedades tiveram acesso, fizeram uso, dos benefícios das políticas públicas, cada qual com a mais conveniente as suas condições e necessidades.

As políticas públicas foram utilizadas em 285 propriedades (51,53% das unidades de agricultura familiar). As políticas mais acessadas foram Assistência Técnica por 260 produtores, sendo notório o uso desta política, pelos proprietários com menores áreas de terras aos de maiores áreas, ou seja, os proprietários com área de até 4 ha, 100 destes acessaram a assistência técnica, seguidos pelas propriedades de 6 a 10 há com 60 usuários e assim sucessivamente como consta na Tabela 6.



TABELA 6 - Políticas Públicas acessadas por área em hectares (ha)

ÁREA EM HECTARES (HA)	POLÍTICAS PÚBLICAS									Total
	Análise Solo	Aplicação Calcário	Assistência técnica agropecuária	Auxílio ao PAA e PNAE	Auxílio ao Projeto Casa Rural	Auxílio na reforma	Distribuição de Aveia	Distribuição de Esterco Líquido	Melhoria genética do rebanho bovino	
0 a 5 há	6	3	100	4	40	3	70	40	23	117
6 a 10 há	1	2	60	1	17	5	39	19	23	67
11 a 15 há	1	1	29	1	4	1	17	11	9	30
16 a 20 há	1	0	28	0	0	1	16	20	4	28
21 a 25 há	1	1	16	0	1	2	10	10	6	16
26 a 30 há	0	0	8	0	0	0	7	2	3	8
31 a 35 há	0	0	6	0	0	0	3	3	1	6
36 a 40 há	0	0	5	0	0	1	2	2	2	5
41 a 45 há	0	0	2	0	0	1	0	1	0	2
46 a 50 há	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1
51 a 55 há	0	0	2	0	0	0	1	1	0	2
61 a 65 há	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1
66 a 72 há	0	0	2	0	0	0	2	0	1	2
Total	10	7	260	13	62	14	169	110	73	285

FONTE: Prefeitura do Município de Entre Rios do Oeste, adaptado pelos autores.



Fato semelhante ocorre com a distribuição de aveia onde 169 agricultores foram beneficiados com esta política e os proprietários com até 4 ha foram os mais acessados com 70 beneficiados, houve acesso também em ordem decrescente pelo tamanho de propriedade, ou seja, quanto menor a propriedade, mais usuários, com exceção ao pertencentes entre 66 a 72 ha que teve dois beneficiados, ultrapassando alguma classificação de produtores com propriedades menores.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa apresentou um diagnóstico das políticas públicas do município de Entre Rios do Oeste - PR, buscando responder o problema de pesquisa apresentado. Na pesquisa, identificou-se que os agricultores familiares com todos os tamanhos de propriedades e em todas as linhas a qual pertencem tiveram acesso, fizeram uso, dos benefícios das políticas públicas, cada qual com a mais conveniente as suas condições e necessidades.

Num contexto geral, a oferta, disponibilidade e acesso as políticas públicas do município de Entre Rios do Oeste estão para todos os produtores rurais. Como consta na Tabela 4, com uma apresentação das unidades relacionadas a sua localização em cada distrito ou entorno da sede municipal. Apontou-se na Tabela 4 a existência de 555 unidades agrícolas e 253 (46%) destas unidades agrícolas tem até 5,0 Hectares e, quando vistos nas unidades com até 10 hectares este panorama passa a ser de 369 unidades (67%) o que caracteriza um município com grande participação de pequenas propriedades rurais, concentrando desta forma parcela importante da população no meio rural. Do ponto de vista de estudos futuros, a sugestão seria realizar um estudo sobre os mecanismos que podem ser implantados para o fortalecimento das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R, *et al.* **Agricultura Familiar entre o Setor e o Território.** São Paulo. 2005. Disponível em:< http://www.oikonomika.com.br/artigos/A_agricultura_familiar_entre_o_setor_e_o_territorio.pdf> Acesso em: 08 de out 2016.

ALVES, A. F. **Do Desenho a Implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável:** interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná). 2008. 234, p. Tese. UFSC. Florianópolis. 2008.

AQUIAGORA.NET. **Entre Rios do Oeste tem o maior crescimento de ICMS na região Oeste do Paraná.** Disponível em: <http://aquiagora.net/noticias/ver/47007/> Acesso em: 01 out 2016.



ARAÚJO, I. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BANCO MUNDIAL **Informe sobre el desarrollo mundial 2008: agricultura para el desarrollo**. Washington, D. C., out. 2008.

BRASIL, **Política Nacional de Agricultura Familiar**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 01/06/2015.

BEUREN, I.M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3ª ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

FAUTH, E. M. **Agricultura familiar: evolução favorável em anos recentes**. Ind. Econ. FEE. Porto alegre, v.35 n.4, p.51-60, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GUILHOTO, J.; J.M. *et al.* **PIB da agricultura familiar: Brasil-Estados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>. Acesso em 21 out 2015.

_____ **IBGE CIDADES**, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=410753>. Acesso em 10 out 2016.

_____ **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar, Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

_____ **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 137p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 35)

IDESF - Instituto de desenvolvimento social e econômico de fronteiras. Disponível em: <http://www.idesf.org.br/>. Acesso em 07 de out 2016.



INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do município de Entre Rios do Oeste. 2016**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85988&btOk=ok>. Acesso em 15 set 2016.

_____. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1976. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/subdivisao_posse_terra_pr_16_76.pdf>. Acesso em 30 dez 2016.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.

LONG, N. PLOEG, J.D. Van Der. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura**. In: Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais/ organizadores Sergio Schneider e Marcio Gazolla. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Do global para o local**. Disponível em : <http://www.pnud.org.br/ODS.aspx>. Acesso em 23 jun 2016.

RICHARDSON, Jarry Richardson. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTO, A. do E. **Delineamentos de Metodologia Científica**. 1 ed. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro**. cadernos do CEAM, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate”. Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005.